PORT: Nº. 387/03.08.2010 - DETERMINAR

NOME : MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA VIANNA
MATRICULA : 3202674-2
CARGO : ASSISTENTE SOCIAL
LOTAÇÃO : PROVISÓRIA
TRIÊNIO : 19.01.1996 a 18.01.1999
PERÍODO : 02.08.2010 a 31.08.2010 (30)dias.
APOSTILA:

Fica retificada na presente Portaria nº003/12.03.10 da servidora MARIA TAVARES CRUZ, matrícula 5088402-1, o triênio nela concedido. Onde se lê: Triênio de 03.07.2001 a 03.07.2004
Leia-se: Triênio de 03.07.2004 a 03.07.2007.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE
DDV/DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE, em 03.08.2010.
GELDES DE CAMPOS CASTRO
Diretor do DRH/SESPA, em exercício.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/SESPA/2010
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 139326****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/SESPA/2010
PREGÃO Nº 159/2009**

Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 159/2009, Processo nº 94335/2009, homologado pela Secretária de Estado de Saúde Pública, em 16/07/2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.710 de 16/07/2010.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Ar Condicionado.

VIGÊNCIA: 20/07/2010 a 19/07/2011

Empresa 01: TACARUNA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 05.040.156/0001-10, com sede à Av. Rosa e Silva, nº 1079 – Aflitos – CEP: 52020-220 – Recife/PE, Telefone/Fax: (81) 3241-2643, e-mail: casaclimarecife@uol.com.br, representada pelo Sr. Rodrigo Paes Barreto Barros .

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD GLOBAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
03	Central de Ar Condicionado, Tipo Split, Modelo Piso-Teto, de 36.000 BTU'S, com controle remoto sem fio. Com unidades internas com filtragem de tela lavável. Unidades externas com trocadores de calor com tubo de cobre de aprox. 7mm, com proteção anti corrosiva e com sistema de Gás Refrigerante Ecológico. Compressor tipo Rotativo. Tensão: 220V.	ELECTROLUX	30	R\$ 3.089,00	R\$ 92.670,00
13	Ar Condicionado Tipo Janela, de 10.000 BTU'S, com as seguintes características mínimas: - Tensão: 220V; - Termostato Regulável; - Baixo nível de ruído; - Compressor rotativo; - Gabinete deslizante que facilite a instalação; - Paletas móveis de direcionamento de ar;	ELGIN	100	R\$ 940,00	R\$ 94.000,00
15	Ar Condicionado Tipo Janela, de 18.000 BTU'S, com as seguintes características mínimas: - Tensão: 220V; - Termostato Regulável; - Baixo nível de ruído; - Compressor rotativo; - Gabinete deslizante que facilite a instalação; - Paletas móveis de direcionamento de ar;	ELGIN	100	R\$ 1.283,00	R\$ 128.300,00

Maria Silvia Martins Comarú Leal
Ordenadora Responsável

**PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO
- LACEN****NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 139199****PORTARIA Nº 239 DE 7 DE JULHO DE 2010**

A Secretária de Estado de Saúde Pública, usando de suas atribuições legais e,
Considerando o Decreto nº 1.945, de 13 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o cumprimento do estágio probatório de servidor público.
RESOLVE:

HOMOLOGAR, a Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório do servidor abaixo relacionado, considerando-o apto para exercer o cargo, com Conceito obtido de acordo com o seu respectivo processo.

MATRICULA	NOME	CARGO	Nº PROCESSO	CONCEITO
57190728-1	RUBENS EINAR CORRÊA DANTAS	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	2010/122702	BOM

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE, em 7 de Julho de 2010

Maria Silvia Martins Comarú Leal
Secretária de Estado de Saúde Pública

**PORTARIA DE HOMOLOGAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO
- LACEN****NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 139189****PORTARIA Nº 249 DE 13 DE JULHO DE 2010**

A Secretária de Estado de Saúde Pública, usando de suas atribuições legais e,
Considerando o Decreto nº 1.945, de 13 de Dezembro de 2005, que dispõe sobre o cumprimento do estágio probatório de servidor público.

RESOLVE:

HOMOLOGAR, as Avaliações de Desempenho do Estágio Probatório dos(as) servidores(as) abaixo relacionados(as), considerando-os aptos(as) para exercerem o cargo, com Conceito obtido de acordo com o seu respectivo processo.

MATRICULA	NOME	CARGO	Nº PROCESSO	CONCEITO
54189399/2	ELAINE CRISTINE COSTA MOREIRA	ADMINISTRADOR	2010/124994	BOM

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE, em 13 de Julho de 2010

Maria Silvia Martins Comarú Leal
Secretária de Estado de Saúde Pública

PORTARIAS Nº 967 E Nº 968**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 139350****PORTARIA Nº 967, DE 29 DE JULHO DE 2010.**

A Secretária de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública visa promover a regularidade e o seu aperfeiçoamento, velando pela observância dos princípios insertos no art. 37 "caput" da Constituição Federal; CONSIDERANDO que, dentre os princípios norteadores da Administração Pública, destaca-se o da moralidade administrativa, devendo a autoridade pública adotar medidas necessárias à sua fiel observância;

CONSIDERANDO as infrações disciplinares cometidas por servidores públicos adstritos a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (RJU) e demais pessoas sujeitas aos segmentos pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde Pública, bem como a ocorrência de irregularidades de um modo geral, e a necessidade da apuração rigorosa de tais fatos com a consequente responsabilização do (s) acusado (s); CONSIDERANDO ainda o disposto no artigo 199 e seguintes da Lei nº 5.810/94 que prevê a obrigatoriedade da instauração de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, prevendo ainda os procedimentos, fases e prazos a serem adotados sempre que autoridade tiver ciência de irregularidade no serviço público; CONSIDERANDO finalmente o disposto na Portaria/SESPA nº 433, de 11/04/2005, publicada no D.O.E. de 16/05/2005.

RESOLVE:

I - Constituir Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar do 9º Centro Regional de Saúde, Unidade Gestora da Secretaria de Estado de Saúde Pública, objetivando proceder todas as investigações necessárias à elucidação de denúncias de condutas infracionais e de fatos irregulares em geral ocorridos no âmbito da referida Unidade, designando-se para isto os servidores abaixo relacionados:

PRESIDENTE:

MARY GLAUCY CHIANCA NEVES, médica, matrícula nº 5295009.
MEMBROS:
JORGE EYMAR DE MATOS SILVA, engenheiro, matrícula nº 94579.

ANA TÉRCIA DE AMORIM LOPES, administrador, matrícula nº 5108721.

II - Para cada denúncia de irregularidade ocorrida no âmbito do 9º Centro Regional de Saúde/SESPA, que deva ser apurada mediante instauração de Processo Administrativo Disciplinar, será providenciada a respectiva Portaria com indicação da falta a ser apurada, sempre constituída pelos integrantes previamente designados neste ato.

III - A presidente da Comissão Processante representará em todos os atos que se fizerem necessários.

IV - A Comissão exercerá suas atividades com absoluta independência e imparcialidade, procedendo dentro do devido processo legal, assegurando-se o sigilo necessário à elucidação

dos fatos, tendo suas reuniões, audiências e documentos o necessário caráter reservado.

V - A Comissão Processante tem plena liberdade na colheita de provas, podendo examinar quaisquer documentos relacionados ao objeto da investigação, fazer vistorias in loco, promovendo, ainda, a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

VI - A Comissão, desde a citação do acusado, deverá facultar ao indiciado, ou ao seu advogado regularmente constituído, o exame dos autos na repartição, e quando solicitado por escrito, providenciar a entrega de cópias com despesas custeadas pelo próprio interessado, para apresentação de defesa e indicação de suas provas no prazo regulamentar, possibilitando-lhe ainda o acompanhamento de toda a instrução nos exatos termos do art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal.

VII - Nas hipóteses legais de suspeição ou de impedimento, poderão os servidores aqui designados se eximirem da obrigação de participar da investigação, procedendo a autoridade instauradora a substituição somente para determinado caso, retomando o servidor a sua função após a conclusão do respectivo processo.

VIII - Ocorrendo a necessidade imperativa de afastamento de um dos integrantes da Comissão, no decorrer do respectivo mandato, por uma das hipóteses previstas no art. 77 da Lei nº 5.810/94, será o mesmo imediatamente substituído por suplente aqui designado.

IX - Por ocasião do gozo de férias regulamentares dos integrantes da Comissão Processante, será também aplicada a hipótese de substituição prevista no item supra.

X - Competirá à Direção do 8º Centro Regional de Saúde/SESPA, prover a Comissão das necessárias instalações físicas e recursos materiais necessários ao fiel desempenho de seu mister, sendo igualmente assegurados transporte e diárias aos seus integrantes, bem como ao secretário da mesma, quando as circunstâncias exigirem o deslocamento da sede dos trabalhos para realização de missão oficial essencial ao esclarecimento dos fatos, não acarretando com isso qualquer vinculação hierárquica com o referido setor, prevalecendo em qualquer caso a regra constante do item IV desta Portaria.

XI - A Comissão, na forma do § 1º do art. 205 da Lei nº 5.810/94, terá como secretário, servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

XII - A Comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus integrantes, inclusive o secretário ad hoc, dispensados do ponto e de suas atividades habituais, nos seus respectivos locais de lotação, de acordo com o disposto no art. 208, § 1º, da Lei nº 5.810/94.

XIII - O mandato da Comissão aqui instituída, será no máximo de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação da mesma no DOE, vedada a recondução de sua totalidade no período subsequente.

XIV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

FERNANDA ROSEANE DUARTE DOS SANTOS

Secretária de Estado de Saúde Pública, em exercício.

PORTARIA Nº 968, DE 29 DE JULHO DE 2010.

A Secretária de Estado de Saúde Pública, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que a Administração Pública visa promover a regularidade e o seu aperfeiçoamento, velando pela observância dos princípios insertos no art. 37 "caput" da Constituição Federal; CONSIDERANDO que dentre os princípios norteadores da Administração Pública, destaca-se o da moralidade administrativa, devendo a autoridade pública adotar medidas necessárias a sua fiel observância;

CONSIDERANDO as frequentes infrações disciplinares cometidas por servidores públicos adstritos a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994 (RJU) e demais pessoas sujeitas aos segmentos pertencentes à Secretaria de Estado de Saúde Pública, bem como a ocorrência de irregularidades de um modo geral, e a necessidade da apuração rigorosa de tais fatos com a consequente responsabilização do (s) acusado (s); CONSIDERANDO ainda o artigo 199 e seguintes da Lei nº 5.810/94 que dispõem sobre a obrigatoriedade da instauração de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, prevendo ainda os procedimentos, fases e prazos a serem adotados sempre que autoridade tiver ciência de irregularidade no serviço público;

CONSIDERANDO finalmente o disposto na Portaria/SESPA nº 433, de 11/04/2005, publicada no D.O.E. de 16/05/2005 e Portaria/SESPA nº 662, de 11/10/2006, publicada em 25/10/2006.